

AGOSTO 2023

45ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA



Apagão liga o alerta

Em 2023, robustez da rede elétrica do país caiu ao menor nível em sete anos

O que é o anarcocapitalismo, defendido pelo argentino Javier Milei

Pedro Abramovay, o brasileiro que virou vice-presidente na Open Society de George Soros

Índice

Editorial: As primárias argentinas e o fracasso do kirchnerismo 03

Deltan Dallagnol: O Brasil vai se tornar um narcoestado? 10

Leonardo Coutinho: Precisamos prestar atenção no Equador 21

Em 2023, robustez da rede elétrica do país caiu ao menor nível em sete anos 31

Anulação da condenação de Lula é precedente para invalidar investigação sobre Bolsonaro 37

O que é o anarcocapitalismo, defendido pelo argentino Javier Milei 58

Quem é Pedro Abramovay, o brasileiro que virou vice-presidente na Open Society de George Soros 69



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



O candidato à presidência da Argentina Javier Milei venceu as primárias das eleições de 22 de outubro. | Foto: EFE/Juan Ignacio Roncoroni

EDITORIAL

As primárias argentinas e o fracasso do kirchnerismo

Os argentinos foram às urnas neste domingo, no primeiro estágio da eleição marcada para o próximo mês de outubro: as Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (Paso), uma prévia

que define quem poderá se candidatar aos cargos que estarão em disputa daqui a dois meses – inclusive a presidência da República. Ao contrário do que ocorre em países como os Estados Unidos, em que as primárias são feitas separadamente por partido e envolvem apenas os filiados, nas Paso argentinas o eleitor pode votar em qualquer pré-candidato de sua escolha, e isso faz dessas prévias um termômetro da preferência atual do eleitorado. O resultado não foi nada animador para o peronismo de esquerda que governa hoje a Argentina e terminou o domingo como a terceira força política do país.

O vitorioso foi o economista libertário Javier Milei, que concorreu sozinho como pré-candidato à presidência pelo grupo A Liberdade Avança e teve 30% dos votos. Os candidatos da frente de centro-direita Juntos Pela Mudança

somaram 28,3%, sendo 17% da ex-ministra Patricia Bullrich (que ganha o direito de ser a candidata) e 11,3% do prefeito de Buenos Aires, Horácio Rodríguez Larreta. Já o governismo até conseguiu o segundo candidato mais votado: o ministro Sergio Massa, da Economia, com 21,4% dos votos; no entanto, os 5,9% do advogado Juan Grabois deixaram o kirchnerismo atrás de Milei e da centro-direita. Por fim, a disputa pela Casa Rosada ainda terá o peronista não kirchnerista Juan Schiaretti, governador da província de Córdoba, e a esquerdista Myriam Bregman, pois ambos superaram o limite mínimo de 1,5% dos votos.

Um país que ruma para o desastre em alta velocidade não evita a tragédia pisando suavemente no freio. A solução não está no



libertarianismo de Milei, mas também não está em ajustes tímidos como os de Macri, e muito menos na manutenção do kirchnerismo

O peronismo kirchnerista vinha sofrendo uma série de derrotas nas eleições locais dos últimos meses, perdendo o governo de províncias que o peronismo dominava havia décadas. Mas o resultado, tanto dessas votações locais quanto das Paso, não chega a surpreender. A Argentina está afundada em inflação descontrolada – 115% no acumulado dos últimos 12 meses – e vive a possibilidade de nova recessão. Como era de se esperar, as soluções habituais da esquerda, como controle estatal de preços, fracassaram. A crise é tamanha que fez o presidente Alberto Fernández abrir mão da possibilidade de tentar

a reeleição; tampouco a vice Cristina Kirchner se dispôs a entrar na disputa.

Estariam os argentinos finalmente acordando para as consequências da escolha que fizeram em 2019? Naquela ocasião, a disputa se dava entre a esquerda e Mauricio Macri, o então presidente que se elegeu com plataforma liberal, mas, no fim do mandato, terminou recorrendo ao mesmo arsenal de seus adversários, como congelamento de preços, para driblar a crise. Entre os populistas autênticos e o populista de ocasião, os argentinos elegeram os primeiros, mesmo que a catástrofe econômica capitaneada por Cristina Kirchner durante seus dois mandatos ainda estivesse fresca entre os argentinos, mostrando como o populismo constrói nas sociedades uma espécie de prisão mental da qual é muito difícil escapar.

A Argentina é um caso raro de país que já esteve entre os mais ricos do mundo e afundou não por causas externas ou catástrofes naturais, mas pelas próprias escolhas feitas nas últimas décadas: populismo estatizante, gasto público descontrolado, Estado e funcionalismo inchados. Será impossível reverter a trajetória e voltar ao caminho da prosperidade enquanto os argentinos não atacarem essas mazelas. Macri falhou porque quis fazer a coisa certa na intensidade errada, optando pelo gradualismo quando a Argentina precisava de um choque liberal; rejeitou privatizações, fez concessões ao funcionalismo, não combateu o déficit público. Como os resultados não vieram, os eleitores negaram a Macri uma segunda chance, inexplicavelmente dando ao kirchnerismo uma nova oportunidade sem que ele promettesse nada diferente do que já havia feito para destruir a Argentina.

Um país que ruma para o desastre em alta velocidade não evita a tragédia pisando suavemente no freio; é preciso agir com mais firmeza. A solução não está no libertarianismo de Milei – que tem propostas bastante radicais (e, talvez por isso, impraticáveis), como extinguir o Banco Central –, mas também não está em ajustes tímidos como os de Macri, e muito menos na perpetuação do kirchnerismo no poder. Se os argentinos perceberam esta realidade ou se escolheram Milei apenas para demonstrar sua insatisfação com as forças políticas mais tradicionais do país é algo ainda a descobrir.



[Voltar ao índice](#)



| Foto: EFE/Marcelo Sayão

OPINIÃO

Deltan Dallagnol

O Brasil vai se tornar um narcoestado?

Em 2016, quando eu ainda atuava como procurador na operação Lava Jato, afirmei que

algumas decisões do Supremo passavam uma mensagem de leniência em favor da corrupção. Afirmar ainda que eu não estava imputando má-fé a nenhum dos ministros, mas apenas fazendo uma análise objetiva dos efeitos que as decisões dos ministros tinham sobre as investigações e processos.

Isso acabou me rendendo uma punição por “quebra de decoro” – uma expressão em que cabe tudo que se quiser incluir para censurar alguém que está incomodando o sistema. Nesta semana, o procurador do Ministério Público Marcelo Monteiro fez uma afirmação muito parecida com a minha, mas desta vez ele se referia não à corrupção, mas ao narcotráfico. Disse o procurador, ao ser ouvido pela Gazeta:

“Hoje, o Supremo Tribunal Federal atende a todas as demandas do tráfico de drogas. É isso o que o Supremo faz objetivamente. Eu não estou dizendo que eles atendem porque eles querem atender, porque eles estão em conluio com o tráfico. Eles podem ter as melhores intenções – aí eu já não sei, não posso ler a mente dos ministros. Mas o que eu estou dizendo é que, do ponto de vista objetivo – não da intenção deles, mas do ponto de vista objetivo –, o Supremo atende a todas as demandas do crime organizado, em especial do tráfico”.

As semelhanças entre minha fala e a do procurador são assombrosas, e ainda mais surpreendente é o fato de que ambas se referem às consequências de decisões do STF sobre o combate ao crime. Há algo de podre no reino da Dinamarca quando a Justiça serve o interesse dos

criminosos e não o da população - e certamente há algo mais podre ainda quando decisões beneficiam poderosos - diga-se, por exemplo, um presidente da Câmara - e são incoerentes com a própria jurisprudência do tribunal.

Quando narcotraficantes e líderes de organizações criminosas recebem um tratamento brando da Justiça, sua atividade ilícita, já bastante abrangente no Brasil, é incentivada. Os brasileiros passam a temer que o país, seguindo o caminho de outros da América Latina, torne-se um narcoestado. Este já existe, aliás, em certos territórios controlados pelo crime organizado no Brasil, em que autoridades como policiais, promotores e juízes não entram sem autorização do tráfico, salvo se for ministro da Justiça de Lula, pelo

menos segundo a incrível versão que ele mesmo sustenta.

O termo narcoestado, na definição do Fundo Monetário Internacional, refere-se a um país em que todas as instituições legítimas estão penetradas pelo poder e pelo dinheiro de narcotraficantes. O termo se aplica, ainda, a países onde o “governo, mas também o Legislativo, o Judiciário e as forças armadas são infiltrados por cartéis ou organizações de crime transnacional que têm como atividade básica o narcotráfico”.



Quando narcotraficantes e líderes de organizações criminosas recebem um tratamento brando da Justiça, sua atividade ilícita, já bastante abrangente no Brasil, é incentivada

Organizações criminosas já controlam áreas extensas em favelas e subúrbios brasileiros, vitimando seus moradores, e há notícias de que o PCC tem financiado candidatos e tenta se infiltrar na Polícia, Ministério Público e Judiciário. Essa atividade merece uma resposta firme do Estado. Contudo, temos visto o contrário: decisões que fortalecem o crime organizado, como as seguintes, proferidas recentemente pelas mais altas Cortes do país.

- A partir de junho de 2020, o STF passou a proferir decisões limitando a atuação da polícia em favelas, por exemplo, proibindo operações nas comunidades na pandemia e vedando o uso de helicópteros;
- Em maio de 2022, o STJ, argumentando que se deve combater o “racismo estrutural”, decidiu que é ilegal a busca pessoal (revista) de suspeitos

justificadas por denúncias anônimas ou atitudes “suspeitas”;

- Em fevereiro de 2023, o STJ concedeu liberdade a um homem preso com 66 kg de maconha na sua casa. Após a polícia abordá-lo na rua e encontrar com ele 42 gramas de maconha, ele autorizou os policiais a adentrarem sua casa. Ali foram encontradas drogas, balança de precisão e material para embalar os entorpecentes. Contudo, o STJ entendeu que a autorização foi dada em uma “situação claramente desfavorável” e era, portanto, insuficiente para justificar o ingresso;
- Em março de 2023, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul absolveu uma pessoa com 2 toneladas de drogas, aplicando o entendimento de que uma denúncia anônima não é suficiente para que esteja satisfeito o requisito de fundada suspeita exigido para o ingresso da polícia na residência do suspeito sem mandado judicial;

- Em abril de 2023, o STJ devolveu os bens de luxo do narcotraficante internacional foragido André do Rap: um helicóptero avaliado em R\$ 7,2 milhões, uma embarcação de 60 pés, avaliada em R\$ 5,2 milhões, dois imóveis de luxo em Angra dos Reis (RJ), um Porsche Macan ano 2016, quatro jet-skis, quatro computadores e 33 telefones celulares, por entender que decisão que determina a prisão preventiva não autoriza a busca e apreensão no local da prisão. As provas do caso foram todas anuladas;
- Em maio de 2023, o STJ absolveu traficantes que confessaram ter 257 pinos de cocaína, por entender que a confissão ocorreu sob “estresse policial” e por isso seria ilegal, sem que houvesse nenhum registro ou alegação de tortura ou maus-tratos;
- Em junho de 2023, o STF anulou a apreensão de 696 kg de cocaína feita com base numa denúncia anônima, mais uma vez aplicando o

entendimento de que a busca e apreensão só poderia ocorrer com mandado. Os traficantes foram inocentados;

- Também em junho de 2023, o STJ inocentou um chefe do tráfico do PCC, que havia sido condenado a 10 anos de prisão, porque a abordagem policial em que foram encontrados 2 kg de cocaína teria sido “invasiva” e sem o devido fundamento. Ocorre que o traficante, notando a polícia, chegou a subir com sua moto na calçada e, demonstrando nervosismo, quebrou seu celular para evitar que a polícia visse suas mensagens;
- Na semana passada, a 2ª Turma do STF, em um caso que também envolvia narcotraficantes, autorizou a participação de réus foragidos em audiência de instrução por videoconferência, estendendo um tapete para quem lhe estapeia a face - que criminoso respeitará uma Justiça assim?

Há muitos outros casos e decisões que poderiam ser mencionados. E se os precedentes dos tribunais aplicados para colarinhos brancos forem estendidos a narcotraficantes e chefes de facções, as portas da cadeia serão escancaradas. Por exemplo, se a duração da prisão preventiva estabelecida pelo Supremo na Lava Jato for estendida aos demais réus, dificilmente algum narcotraficante permanecerá preso.

Investigados e réus devem ter seus direitos garantidos na mesma dimensão em que são protegidos nos demais países democráticos. O “garantismo” é legítimo. Contudo, o “garantismo à brasileira” expande a proteção dos direitos de um modo que se passa a perguntar se é o Direito que serve à sociedade, ou a sociedade que está servindo a um Direito que a coloca de joelhos diante do crime

organizado. O direito à ampla defesa e ao devido processo não devem significar um direito à impunidade. É esse “direito” que é dado aos criminosos de colarinho branco pelo “garantismo de ocasião” de certos advogados e julgadores, customizado para atender os interesses do poder.



Autor: Deltan Dallagnol é mestre em Direito pela Harvard Law School e foi o deputado federal mais votado do Paraná em 2022. Trabalhou como procurador por 18 anos, atuando em várias operações no combate a crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Foi coordenador da operação Lava Jato em Curitiba. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Fernando Villavicencio, candidato à presidência do Equador executado a poucos dias do pleito. | Foto: STR/EFE

OPINIÃO

Leonardo Coutinho:

Precisamos prestar atenção no Equador

Fernando Villavicencio, candidato à presidência do Equador, foi executado à luz do dia, diante de

seus apoiadores e cercado por policiais que faziam a sua proteção. Sua morte ocorreu na véspera do 214.o aniversário da independência de seu país e apenas 11 dias antes das eleições para presidente e membros do Congresso. A notícia se alastrou e, como consequência, fez o mundo se lembrar do Equador. O que está acontecendo no país sul-americano? Por que, assim, tão de repente, o país chegou a este ponto crítico de violência política?

A questão pode ser resumida em uma única palavra: narcotráfico.

Localizado entre Colômbia e Peru, os dois principais produtores de cocaína, o Equador foi por muito tempo uma rota de tráfico de drogas, com relativa tranquilidade, como foi o Brasil até a primeira metade da década de 1990, quando

deixamos de ser apenas caminho para sermos também destino de toneladas de cocaína. O enriquecimento dos brasileiros, com o Plano Real, os colocou no mapa global dos consumidores de drogas. Os reais que jorravam para as mãos dos traficantes ajudaram o negócio a crescer e avançar sobre toda a região.

A realidade do Equador se difere, obviamente, em vários aspectos. Embora o país seja destino das drogas, o mercado local jamais teve o poder do brasileiro, que é o segundo consumidor global de cocaína. A explosão de violência e a corrosão da institucionalidade local podem ser atribuídas aos efeitos colaterais dos acordos de paz na Colômbia – que levaram dezenas de milhares de guerrilheiros a ficarem desempregados. Milhares de homens que, além de matar sem qualquer piedade, também carregam larga

experiência com o tráfico de cocaína – a principal atividade econômica das Farc – ficaram desempregados e passaram a oferecer serviços dentro e fora da Colômbia.



O que está acontecendo no Equador? Por que, assim, tão de repente, o país chegou a este ponto crítico de violência política? A questão pode ser resumida em uma única palavra: narcotráfico

Os seis suspeitos do assassinato de Villavicencio, presos pela polícia equatoriana, são colombianos.

O Equador virou um mercado de trabalho promissor para esses criminosos. Antes de entregar as armas em 2017, o Equador tinha uma taxa de

homicídios de 5,6 por 100 mil habitantes. No ano seguinte, a curva empinou e os números não pararam de subir. Em 2020 já havia chegado a 7,7 mortes por 100 mil. Em 2021, a taxa chegou a 14 mortes por 100 mil. No ano passado, o Equador registrou 25,6 homicídios por grupo de 100 mil habitantes – a sexta taxa mais alta das Américas, à frente do conturbado México.

Como se não bastasse a fartura de mão de obra criminosa, a região passou a sofrer o assédio direto dos cartéis mexicanos, que passaram a lutar in loco para o controle das rotas. Cenas de carnificina como as registradas nas lutas entre facções de presídios do Brasil também se tornaram comuns no Equador. As quadrilhas locais, cada qual alinhada com o seu cartel mexicano, lutam ferozmente pelo controle das rotas.

O presidente esquerdista Rafael Correa (2007-2017), que sempre fez vistas grossas para a presença das Farc dentro do Equador e nunca se mexeu para reprimir o avanço do tráfico de drogas, criou as condições perfeitas para que o crime organizado transnacional infestasse as instituições do país. A lista de máfias e países de origem vai do Brasil a Albânia, passa por México e Líbano, e termina em Estados que fazem do tráfico política, como Cuba e Venezuela.

Villavicencio, que foi assassinado nesta semana, recorrentemente denunciava a relação de generais equatorianos com o narcotráfico – algo como uma versão reduzida do poderoso Cartel de los Soles, da Venezuela chavista. Além dos narcogenerais, Villavicencio, que também foi jornalista e deputado, acusou juízes e

ex-colegas de parlamento de fazerem parte da extensa rede de proteção que os traficantes têm dentro das instituições locais.

Dois dias antes de ser assassinado, ele havia prometido apresentar provas de tais vinculações. Foi executado antes que cumprisse a promessa.

Um vídeo de origem não verificável foi postado no Twitter (agora chamado X), com uma reivindicação de autoria do crime. A gangue Los Lobos teria cometido o crime como demonstração de força e vingança contra o candidato que os desafiava em público, com a promessa de riscá-los do mapa. Uma reivindicação que não fica de pé, segundo investigadores locais.



Villavicencio não foi apenas retirado da campanha. Ele foi calado. Ele prometia entregar muita gente envolvida com o crime transnacional e a corrupção. Foi morto para não atrapalhar os negócios que vão muito bem em muitos países, incluindo o Brasil

O atentado contra Villavicencio, dias antes das eleições, deve ser entendido como uma mensagem de terror, mas também de opção política. Em 2002 e em 2006, o brasileiro PCC fez a sua “declaração de voto” durante as eleições gerais daqueles anos. Em 2002, planejou atentados à bomba em São Paulo (queria explodir a Bolsa de Valores), às vésperas do segundo turno das eleições. Em 2006, o PCC tocou o terror em São Paulo, na maior onda de ataques coordenados

da história do país, paralisando a maior cidade brasileira. Em ambos os casos, as investigações comprovaram que o PCC atuou para influenciar nas eleições. Embora as agências de checagem não concordem, o PCC faz, sim, declaração de voto.

Com chances de chegar ao segundo turno, Villavicencio não era apenas uma ameaça dentro das regras puramente eleitorais. Ele ameaçava a tentativa de retomada de poder por parte dos bolivarianos liderados pelo ex-presidente Rafael Correa, que é foragido da Justiça equatoriana e opera sob influência de Havana, Caracas, Pequim e Moscou. A disputa é liderada, segundo as pesquisas de intenção de votos, por Luisa González, pilotada por Correa, que também se escora na lorota da tese do lawfare para se

vender como vítima de uma Justiça partidária.
Lula fez escola.

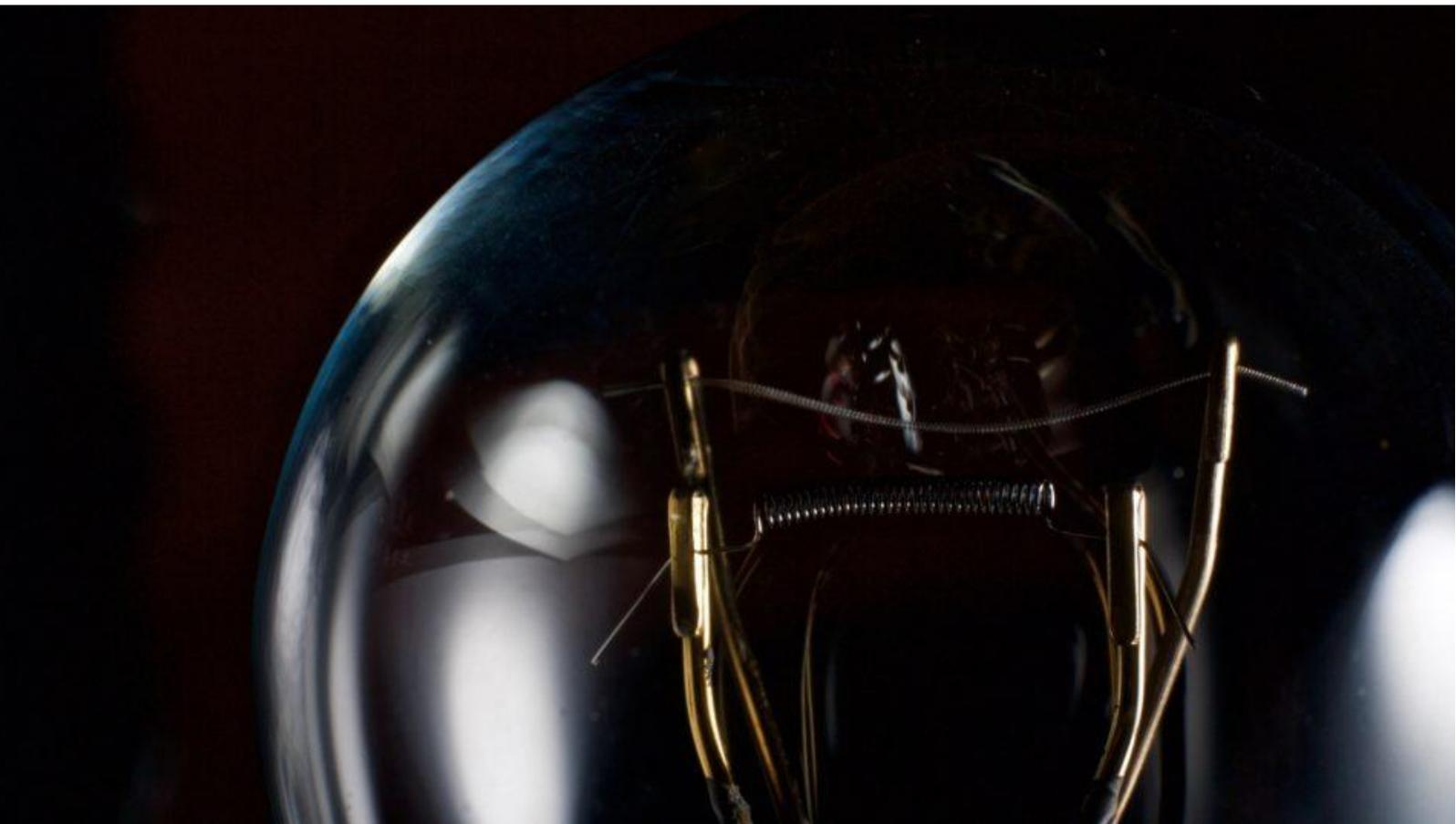
Villavicencio não foi apenas retirado da campanha. Ele foi calado. Ele prometia entregar muita gente envolvida com o crime transnacional e a corrupção. Foi morto para não atrapalhar os negócios que vão muito bem no Equador, no México, na Colômbia, na Venezuela, no Peru, na Bolívia, no Brasil...



Autor: Jornalista, autor do livro “Hugo Chávez, o espectro”, pesquisador e comentarista sobre segurança e relações internacionais. Escreve semanalmente, desde Washington, D.C. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



| Foto: Nicolas Thomas/Unsplash

APAGÃO

Em 2023, robustez da rede elétrica do país caiu ao menor nível em sete anos

Por Fernando Jasper

A robustez da rede básica de energia do Brasil – isto é, a capacidade de suportar contingências

sem interrupção no fornecimento – caiu neste ano ao menor nível desde 2016, indicam dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Conforme o ONS, o Sistema Interligado Nacional (SIN) registrou 1.651 perturbações de janeiro a agosto, das quais 123 (7,5% do total) resultaram em algum corte de carga – isto é, interrupção de fornecimento.

As outras 1.528 interrupções (92,5% do total) não resultaram em corte de carga. Assim, o índice de Robustez da Rede Básica (RRB) é de 92,5% no acumulado do ano.

Trata-se do menor índice para os oito primeiros meses do ano desde 2016, quando a RRB no acumulado de janeiro a agosto foi de 91,7%.

A série histórica de perturbações no SIN disponível no site do ONS tem início em 2012. Tanto no intervalo janeiro-agosto quanto no acumulado dos 12 meses do ano, o índice de robustez ficou abaixo de 90% de 2012 até 2016.

De 2017 em diante, o índice superou a marca de 90% em todos os anos, com destaque para os picos de 2018 (robutez de 94,9% até agosto e 94,7% no ano todo) e 2022 (94,1% até agosto e 93,9% no ano todo).

Há duas ressalvas aí. A primeira é que os dados de 2023 ainda não computam o apagão desta terça-feira (15). E a segunda é que eles tendem a sofrer novas modificações até o encerramento do mês, incluindo novas perturbações com ou sem corte de carga, o que naturalmente pode afetar o índice de RRB.

Ano	Índice de robustez (jan-ago)
2012	89,1%
2013	88,1%
2014	89,8%
2015	88,3%
2016	91,7%
2017	92,8%
2018	94,9%
2019	93,4%
2020	93,2%
2021	92,7%
2022	94,1%
2023	92,5%

Apagão desta terça foi o primeiro de grande porte em 2023

Até o apagão desta terça, que derrubou 19,1 mil MW do sistema interligado entre 8h30 e 8h40, o país não havia registrado nenhum corte igual ou superior a 1 mil MW no acumulado do ano.

Uma carga de 1 mil MW corresponde ao consumo de cidades como Cascavel (PR), Brasília e Fortaleza. Tanto em 2022 quanto em 2021, o país havia registrado somente um corte de 1 mil MW ou mais em todo o ano.

Os números foram maiores nos anos anteriores. Na série do ONS, iniciada em 2022, os anos com mais apagões dessa proporção foram 2016, com sete ocorrências, e 2012, com cinco.

Ano	Cortes de 100 MW ou mais	Cortes de 500 MW ou mais	Cortes de 1.00 MW ou mais
2012	82	11	5
2013	81	4	2
2014	84	8	2
2015	106	12	3
2016	69	10	7
2017	65	6	1
2018	34	4	3
2019	60	3	2
2020	56	7	2
2021	47	5	1
2022	40	1	1
2023	24	2	0

**Até agosto. Não inclui dados de 15/8*



Voltar ao índice



Jair Bolsonaro é investigado por gastos com cartão corporativo, cartão de vacina e agora joias. | Foto: Elaine Menke/PL

CASO DAS JOIAS

Anulação da condenação de Lula é precedente para invalidar investigação sobre Bolsonaro

Por Renan Ramalho

O mesmo motivo que levou os ministros do Supremo Tribunal Federal a anular as

condenações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2021, poderia ser usado, em tese, para invalidar as investigações sobre as joias recebidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Assim como o petista teve os processos por corrupção enterrados por alegada incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para investigá-lo, Bolsonaro também poderia apontar que não cabe a Alexandre de Moraes, do STF, esquadriñar um suposto desvio de joias recebidas quando ele ocupava a Presidência.

O caso passou a ser investigado no conhecido inquérito das “milícias digitais”, aberto de ofício por Moraes em 2021 em substituição aos “atos antidemocráticos”, arquivado a pedido da Procuradoria-Geral da República. Inicialmente, o principal alvo da investigação era o jornalista Allan dos Santos, que, no

entanto, nunca foi denunciado e cuja extradição, dos Estados Unidos para o Brasil, nunca avançou. A mesma investigação, contudo, já abarcou os mais diversos fatos e alvos: conversas de empresários antipetistas em grupo de WhatsApp; questionamentos do ex-secretário da Receita Marcos Cintra sobre o sistema eleitoral e críticas de executivos do Google ao projeto de lei das “fake news”, defendido por Moraes.

Só recentemente, após deixar o mandato, Bolsonaro tornou-se um alvo direto, a partir de uma devassa autorizada por Moraes nos dados telemáticos e bancários do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante da Presidência. Inicialmente, Cid era investigado no inquérito pelo fato de ter ajudado Bolsonaro a divulgar um inquérito da Polícia Federal sobre a invasão

hacker ao Tribunal Superior Eleitoral em 2018. A Procuradoria-Geral da República (PGR), que representa o Ministério Público no STF, não viu crime e recusou-se a apresentar uma denúncia no caso.

Depois, com base nas comunicações de Cid, Moraes passou a investigá-lo por outro assunto, não diretamente relacionado às redes sociais (objeto inicial do inquérito das “milícias digitais”): transações financeiras que efetuava para pagar contas da família de Bolsonaro – até o momento, também não houve denúncia por parte da PGR. Com base em e-mails e conversas pelo celular, Cid passou a ser investigado por fraudes em cartões de vacinação de sua família, no de Bolsonaro e no da filha do ex-presidente, Laura – apesar de ter provas, a PGR também não fez denúncia.

O cerco se fechou de vez contra Bolsonaro na revelação, na semana passada, de que Cid, seu pai, o general Mauro Lourena, e outros auxiliares tentaram vender, nos EUA, esculturas, um relógio, abotoaduras, uma caneta, um rosário islâmico e um anel, presenteados pelos árabes a Bolsonaro. No entendimento da PF e de Moraes, os itens deveriam ter sido incorporados ao patrimônio público e, por isso, a tentativa de apropriá-los e de fazer dinheiro com eles configuraria peculato (desvio de bens públicos) e lavagem de dinheiro.

Investigações e competências

O primeiro problema, notado por observadores, é a falta de ligação do caso com as tais “milícias digitais”, descritas por Moraes e pela PF como uma “organização criminosa voltada à criação,

publicação e difusão de mensagens atentatórias ao Estado Democrático de Direito” ou com “o objetivo de assegurar vantagens financeiras e/ou político partidárias aos envolvidos”. A amplitude do objeto viabilizou que se abarcassem assuntos tão diversos na investigação.

Outro problema, no caso das joias, é que desde março, outra equipe da Polícia Federal, em São Paulo, já investigava a tentativa de Bolsonaro ficar com presentes recebidos na Presidência. Na época, foi revelado que, em 2021, o ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e alguns assessores, retornando de uma viagem aos Emirados Árabes, tentaram passar pela alfândega do aeroporto de Guarulhos com joias destinadas à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. A investigação criminal foi determinada pelo ministro da Justiça, Flávio Dino, e

ficou a cargo da Delegacia Especializada de Combate a Crimes Fazendários da PF, na mesma cidade.

Por esse motivo, aliás, a PGR se posicionou contra a operação, na semana passada, contra Mauro Cid, seu pai, e contra o advogado Frederick Wassef. O órgão pediu a Moraes que o caso fosse enviado ao juiz da 6ª Vara Federal de Guarulhos, e pediu que o ministro autorizasse que os policiais que investigaram o caso para ele atuassem com os outros que já investigavam o caso em São Paulo. Na terça-feira (15), a pedido do MPF local, a vara de Guarulhos enviou para o STF as investigações que lá tramitavam. Os papéis devem chegar nos próximos dias, mas não se sabe ao certo, ainda, se eles vão também para Moraes.

Na semana passada, o ministro rejeitou a recomendação de deixar o caso na primeira instância e, para justificar o domínio sobre a investigação, apresentou até um gráfico que mostraria como estaria tudo ligado (veja abaixo). Assim, para Moraes, a mesma organização criminosa que produziria “ataques virtuais” a opositores, às instituições, urnas eletrônicas e ao processo eleitoral, também teria tentado dar um golpe de Estado, atacar as vacinas contra a Covid, e usar a estrutura estatal para obter vantagens, entre as quais o cartão corporativo, a inserção de dados falsos em cartões de vacinação e, por fim, o desvio de “bens de alto valor patrimonial entregues por autoridades estrangeiras”.

Nos últimos anos, com o fim de reduzir o poder de fogo da Operação Lava Jato, o STF passou a

refinar sua jurisprudência sobre como definir a competência de um juiz para analisar situações diferentes. Em 2015, isso ocorreu com um pedido da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para retirar do então juiz Sergio Moro uma investigação sobre repasses que ela e o ex-marido Paulo Bernardo teriam recebido de uma prestadora de serviços do Ministério do Planejamento.

Como o episódio não tinha nada a ver com a Petrobras, a Corte resolveu remeter o caso para a Justiça Federal de São Paulo, no caso de investigados que não tinham foro privilegiado. Além disso, o STF transferiu a investigação contra Gleisi, então senadora, do ministro Teori Zavascki, na época relator da Lava Jato no STF, para Dias Toffoli. Firmaram-se ali algumas teses que passaram a prevalecer em várias

decisões posteriores que transferiram para outros juízes várias investigações inicialmente aportadas na 13^a Vara de Curitiba.

Uma delas determina que o critério inicial para a definição de competência é o local onde o crime foi cometido. Por isso, os processos que levaram à condenação de Lula foram transferidos de Curitiba para Brasília. E por isso também a investigação sobre as joias de Bolsonaro foram iniciadas, em março, pela PF em Guarulhos.

Outro critério óbvio é a existência, ou não, de foro por prerrogativa de função, nome técnico do foro privilegiado. No caso de Bolsonaro, não existe mais, muito menos para os demais investigados no caso das joias, que nunca tiveram.

“O STF não tem competência para apreciar a questão. O ex-presidente não tem prerrogativa de foro. E nenhum dos investigados tem. Ainda que algum deles tivesse, o STF vem decidindo pelo desmembramento do processo em relação a quem não tem prerrogativa de foro e remessa ao juízo competente, mantendo o foro privilegiado apenas para aqueles que o têm. Vários os precedentes nessa linha”, diz o desembargador aposentado e ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo Ivan Sartori.

Um critério secundário para aferir a competência, esclarecido pelo STF, é a prevenção. Em síntese, é a possibilidade de concentração, num só juiz, de vários processos com objeto semelhante, desde que ele seja competente para a causa. “Nos termos do art. 70 do Código de Processo Penal, a competência será, de regra,

determinada pelo lugar em que se consumar a infração”, disse Toffoli na época, acrescentando que um juiz só poderia supervisionar uma investigação sobre um fato novo descoberto se houvesse conexão com o fato inicial apurado.

“A conexão intersubjetiva ou instrumental decorrente do simples encontro fortuito de prova que nada tem a ver com o objeto da investigação principal não tem o condão de impor o unum et idem iudex [uma e mesma jurisdição]. O simples encontro fortuito de prova de infração que não possui relação com o objeto da investigação em andamento não enseja o simultaneus processus”, registrou o ministro em seu voto, citando um precedente de 2014, de Luiz Fux.

Toffoli deu um exemplo, para reforçar seu argumento pela prevalência do critério

territorial para fixação de competência. “O fato de um juiz de um foro em que encontrado um cadáver ser o primeiro a decretar uma medida cautelar na investigação não o torna preventivo, nos termos do art. 83 do Código de Processo Penal, para a futura ação penal caso se apure que o corpo tenha sido apenas ocultado naquela localidade e que o homicídio, em verdade, tenha-se consumado em outra Comarca.

Nessa hipótese, prevalece o forum delicti commissi (foro do lugar da infração), critério primário de determinação da competência, pois a prevenção não pode se sobrepor às regras de competência territorial”, afirmou. Ou seja, em uma analogia ao caso de Bolsonaro, o local do suposto crime seria São Paulo e não Brasília.

Em 2021, Edson Fachin se valeu do mesmo entendimento para anular as condenações de Lula, citando a decisão de 2015 em favor de Gleisi e várias outras posteriores em benefícios de políticos e empresários inicialmente processados em Curitiba. “As regras de competência, ao concretizarem o princípio do juiz natural, servem para garantir a imparcialidade da atuação jurisdicional: respostas análogas a casos análogos”, afirmou o ministro. As condenações de Lula caíram porque o que ele teria recebido das empreiteiras não seria fruto apenas dos contratos delas com a Petrobras (objeto da Lava Jato), mas com diversos outros órgãos e estatais.

Segundo Ivan Sartori, “não existe inquérito sem prazo de término e com alcance prospectivo”, referindo-se ao inquérito das milícias digitais.

“O caso das joias já estava sob o juiz natural [em Guarulhos]. Portanto, o STF não poderia examinar o caso, com a devida vênia. Esse inquérito [das milícias digitais] tem alcance indefinido e tem sido utilizado de forma flexível”, critica.

Casos diferentes?

Por outro lado, há advogados que entendem que os casos de Lula e Bolsonaro são diferentes.

Na Lava Jato, discutia-se se a conexão probatória, ou seja, a ligação entre as provas coletadas ao longo das fases da operação, justificava a manutenção de todas as investigações com Sergio Moro. Inicialmente, o Tribunal Regional Federal da 4^a Região (TRF4) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendiam que fazia sentido

concentrar os casos em Curitiba, uma vez que a descoberta de uma prova em determinada fase levava a outra, e assim por diante. Mas o STF depois considerou que não, uma vez que, embora houvesse operadores comuns em casos de corrupção, os órgãos, empresas e negócios envolvidos eram distantes entre si.

No caso de Bolsonaro, boa parte das provas foram colhidas junto a Mauro Cid, e se relacionam a como ele auxiliava o ex-presidente em diversas atividades suspeitas. A conexão probatória, nesse caso, é mais simples de ser aferida, pela amplitude e complexidade menor dos atos e situações investigadas, afirmam alguns especialistas. Ainda assim, permanece a dúvida quanto à competência do STF para investigar pessoas sem foro privilegiado e casos sem relação direta com os “ataques” à Corte.

Outra diferença é que o caso de Bolsonaro vem sendo investigado no próprio STF e dificilmente os atuais ministros anulariam os atos de um colega, Alexandre de Moraes. No caso de Lula, a maioria invalidou decisões de Moro, um juiz de primeira instância que já não gozava de prestígio dentro da Corte.

Desde a deflagração da operação, na sexta-feira (11), a defesa de Bolsonaro ainda não se manifestou sobre a condução de mais esse caso por Alexandre de Moraes.

A reportagem entrou em contato com os advogados do ex-presidente para questioná-los sobre a possibilidade de questionar a competência do STF e de Moraes, inclusive para anular as provas colhidas e que vierem a ser incorporadas à investigação por autorização do

ministro. Não houve resposta até o momento. O espaço segue aberto.

Lula e Dilma também tiveram problemas com presentes

Não é apenas a dúvida sobre a competência para investigar que aproxima os casos de Lula e Bolsonaro. O próprio objeto da atual investigação – o caráter público ou privado dos presentes recebidos durante o mandato – também trouxe problemas para o atual presidente.

Entre 2016 e 2019, ao fiscalizar os presentes recebidos pela Presidência de 2003 a 2016, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se apropriou de 434 objetos dados ao Brasil por chefes de Estado estrangeiros durante seus dois

primeiros mandatos. A ex-presidente Dilma Rousseff, por sua vez, tomou para si 117 itens.

No início da fiscalização, em 2016, o órgão determinou que a Presidência, então ocupada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB), identificasse com quem e onde estariam 568 presentes dados a Lula e 144 recebidos por Dilma, de modo que fossem incorporados ao patrimônio público da União. Com base em dados consolidados pela Presidência, os números depois foram revistos.

No mesmo ano, 132 presentes dados a Lula foram encontrados pela Polícia Federal num cofre do Banco do Brasil no centro de São Paulo; 21 de maior valor foram depois confiscados pela Presidência. Em 2019, no final da auditoria, o TCU registrou que 360 presentes recebidos por

Lula foram localizados no Galpão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e foram transportados de volta para Brasília. Outros 74 não foram localizados.

Já os presentes recebidos por Dilma foram encontrados num Galpão da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre, em Eldorado do Sul (RS). No local, no entanto, não foram localizados 6 dos 117 presentes identificados – segundo representantes da ex-presidente, eles teriam ficado nas dependências da Presidência.

O relatório não detalhou o que eram esses presentes, mas alguns itens – esculturas, maquetes, espadas e uma coroa – foram incorporados à União após uma decisão judicial. Lula ainda tenta reaver esses bens. Ele acionou a Justiça

Federal para anular o resultado da fiscalização do TCU e resgatar os 21 presentes confiscados pela Presidência.

Alegou que, durante seu governo, um órgão distinguia quais presentes deveriam ir para o acervo privado e quais eram públicos. No fim do mandato, os primeiros foram para cofres do Banco do Brasil e os demais deixados nos palácios do Planalto e da Alvorada.



[Voltar ao índice](#)



Candidato à presidência da Argentina, Javier Milei é um “anarcap” convicto. | Foto: EFE/Juan Ignacio Roncoroni

FILOSOFIA POLÍTICA

O que é o anarcocapitalismo, defendido pelo argentino Javier Milei

Por John Lucas

Vencedor das primárias argentinas, realizadas no último domingo (13), Javier Milei “semeou”

na grande imprensa uma palavra até então mais restrita às bolhas políticas da internet: anarcocapitalismo.

Milei se considera anarcocapitalista, ou ancap, como também são conhecidos os entusiastas dessa vertente, digamos, mais radical do pensamento liberal. Em linhas bem gerais, trata-se de um sistema filosófico, político e econômico cujos princípios incluem a liberdade individual, a propriedade privada, o livre mercado e, acima de tudo, a eliminação total do estado.

Ou seja, é uma espécie de libertarianismo levado às últimas consequências, em que todos os aspectos da sociedade devem ser privatizados – incluindo a administração pública, a polícia e até a justiça.

Mais do que uma escola de pensamento, o anarcocapitalismo hoje em dia se configura como um movimento, quase uma contracultura de direita (com seus institutos, livros, influenciadores e canais de discussão e divulgação). O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro contou com vários ancaps em suas fileiras, e nas redes sociais é possível identificar uma quantidade significativa de jovens que aderiram a essa corrente.

O economista e filósofo norte-americano Murray Rothbard (1926-1995), ligado à Escola Austríaca, é considerado o principal teórico do anarcocapitalismo e responsável pela criação do termo. Mas nomes como Hans-Hermann Hoppe, Stephan Kinsella, David D. Friedman, Robert Nozick, Ayn Rand e o casal Morris e Linda Tannehill também contribuíram ou são

influências decisivas para o desenvolvimento das ideias ancap. A seguir, elencamos alguns tópicos elucidativos para os não iniciados no movimento.

Anarquia?

Para muitos críticos, especialmente os de esquerda, a simples ideia de conectar os conceitos de anarquismo e capitalismo é bisonha – como se os ancaps juntassem alhos e bugalhos, descontrolado e rigor. É o típico erro de quem não faz a lição de casa direito. Os dois sistemas compartilham, em suas nomenclaturas, a raiz “anarco”, derivada do grego “anarkhos” (“sem governo”), que não tem nada a ver com bagunça ou desordem.

O anarcocapitalista defende a existência de uma sociedade com instituições, cooperação e governança. Porém, diferentemente do anarquista clássico, o ancap crê que a propriedade privada é a principal garantia da liberdade dos indivíduos.

Diferença entre anarcocapitalismo e libertarianismo

As duas correntes têm em comum a ênfase na liberdade individual, na propriedade privada e no livre mercado. Mas enquanto os ancaps desejam que todas as funções do Estado sejam realizadas por entidades particulares, os libertários tendem a aceitar um governo mínimo, capaz de proteger os direitos básicos e necessários.

Costumes e questões morais

Em geral, os anarcocapitalistas não entram em discussões de fundo moral. Liberdade, autonomia e responsabilidade pessoal estão entre os pilares do movimento. Um ancap pode até ser contra o uso de drogas, os casamentos homoafetivos ou a mudança de gênero – mas jamais vão apoiar a intervenção estatal em qualquer um desses assuntos. A única exceção diz respeito ao aborto. Enquanto alguns entendem que a prática é uma decisão da mulher (considerando a ideia de “propriedade corporal”), outros veem a interrupção da gravidez como uma violação dos direitos individuais de um ser humano em potencial.

“Se você colocar quatro libertários em uma sala para debater, o único ponto que vai gerar dis-

córdia é o aborto”, diz Raphaël Lima, empreendedor, criador do canal ‘Ideias Radicais’ (com mais de 650 mil inscritos no YouTube) e uma das figuras que mais influenciam os ancaps brasileiros – ainda que prefira ser chamado de libertário.

Administração de grandes crises

Sem um governo central, é possível resolver ou conter problemas como desastres naturais e epidemias? Para os ancaps, essa lacuna deve ser preenchida com coordenação e cooperação.

Empresas, comunidades, organizações voluntárias e indivíduos podem se unir para organizar ações, compartilhar recursos e definir acordos em prol das áreas e pessoas afetadas. Um ponto controverso, aqui, é a dependência das agências de seguros privadas – em um

sistema anarcocapitalista, elas seriam fundamentais para diminuir riscos e prejuízos.

A ciência em xeque

Os anarcocapitalistas têm posições variadas com relação a temas polêmicos envolvendo a ciência, como a existência de uma crise climática e a eficácia das vacinas e dos lockdowns. Eles creem, por exemplo, que a poluição é uma agressão e uma invasão à propriedade privada (“Quem mais joga esgoto nos rios é o próprio Estado”, comenta Raphaël Lima). No entanto, não compactuam com a teoria do apocalipse ambiental a médio ou curto prazo.

Quanto às vacinas, o grupo já se mostra bem mais dividido, e muitos influenciadores ancap admitem publicamente não ter recebido nem a

primeira dose do medicamento contra a Covid-19. Mas todos, claro, são enfaticamente contra qualquer tipo de imunização obrigatória.

O que isso tem a ver com Bitcoin?

Tudo. Por circularem em redes descentralizadas, independentes de bancos ou governos, as criptomoedas vão diretamente ao encontro dos princípios de autonomia valorizados pelos ancaps. Além disso, possibilitam a privacidade nas transações e, ao menos em tese, possuem caráter deflacionário (entre outros motivos, por não estarem submetidas à manipulação da oferta monetária operada pelo Estado).

Principais questionamentos

As preocupações mais comuns com relação ao anarcocapitalismo dizem respeito à falta de proteção para as comunidades mais vulneráveis e ao meio ambiente, à facilidade da criação de monopólios econômicos e ao risco de não haver mais ordem social e justiça. Para os que não acreditam na viabilidade dessa filosofia, há uma imensa desconexão entre os ideais ancap e a complexidade e o desafios práticos da vida contemporânea.

Utopia x realidade

Ainda não existem exemplos concretos de países, cidades ou territórios realmente anarcocapitalistas – o que, para muitos, é o suficiente para classificar esse sistema como

um delírio utópico. Libertários como Raphaël Lima, no entanto, contestam o uso dessa expressão. “Se a definição de utopia é uma sociedade planejada e idealizada, o anarcocapitalismo se coloca totalmente como o contrário disso. Ele é uma antiutopia, pois não quer desenhar ou impor um modelo para o futuro”, afirma.

“Outra definição de utopia é algo que nunca vai se realizar. Mas se você pudesse voltar no tempo, em 1512, e perguntar para uma pessoa se um dia a escravidão acabaria, ela com certeza iria te achar um maluco, porque não entraria na cabeça dela que isso pudesse vir a acontecer”, conclui.



[Voltar ao índice](#)



Pedro ao lado do atual ministro da Justiça, Flávio Dino | Foto: Reprodução

PERFIL

Quem é Pedro Abramovay, o brasileiro que virou vice-presidente na Open Society de George Soros

Por Omar Godoy

Uma das figuras mais influentes do debate público brasileiro nos últimos anos circula entre autoridades e é amigo de famosos, mas

continua desconhecido para a grande maioria do público. Pedro Abramovay, recentemente alçado ao posto de vice-presidente da poderosa Open Society Foundations, construiu sua carreira tentando tornar o Brasil um país mais próximo do que os progressistas dos Estados Unidos desejam para a própria nação. Em certa medida, ele tem conseguido.

Filho do sociólogo e professor da USP (Universidade de São Paulo) Ricardo Abramovay, Pedro nasceu na capital paulista em 1980. Ele estudou no tradicional colégio Santa Cruz e cursou Direito na mesma universidade em que o pai lecionava. Lá, foi coordenador do Centro Acadêmico 11 de Agosto. As conexões do pai e os vínculos políticos formados no movimento estudantil ajudaram: quando se formou, em 2002,

ele já era assessor do gabinete da então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy.

Pedro Abramovay tem pesadelos até hoje com sua passagem pela Faculdade de Direito mais tradicional do Brasil o motivo: o machismo.

“Uma parte significativa do meu machismo — e todos os dias eu tento me livrar dele — eu adquiri na Faculdade de Direito da USP. Sério. Difícil descrever o nível de machismo daquele lugar e ainda hoje me assombra pensar como eu era conivente com isso”, ele escreveu, quase duas décadas depois de se formar.

A passagem pela prefeitura paulistana não durou muito. Pedro Abramovay chegou a Brasília junto com Luiz Inácio Lula da Silva, que tomou posse pela primeira vez em 2003. Aos 23 anos, o jovem passou a ser assessor jurídico da

liderança do governo no Senado. Seu chefe era Aloizio Mercadante (PT-SP).

Outro nome do PT paulista, José Eduardo Cardozo, foi quem o levou para o governo federal: Abramovay foi assessor especial do Ministério da Justiça, secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Secretário Nacional de Justiça. Foi a sua indicação para este cargo que o trouxe mais perto dos holofotes. Também por isso ele foi obrigado a pedir demissão pela primeira vez. Abramovay declarou, em entrevista ao jornal O Globo, ser favorável à descriminalização das drogas não apenas para os usuários mas também os pequenos traficantes. A essa altura ele acabara de ser indicado por Cardozo para chefiar a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Acabou sem o novo cargo e sem o antigo também.

Em 2017, Abramovay concluiu um doutorado em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O tema da tese: o processo de aprovação do Marco Civil da Internet, do qual ele participou enquanto estava no governo. A passagem mais interessante da publicação é a dedicatória, em que Abramovay revela não conseguir deixar a militância de lado nem mesmo quando faz uma declaração de amor à esposa: “Essa aliança, forjada no amor, que a gente construiu, se consolida no desejo mútuo de lutar, juntos, por um mundo mais justo e solidário” anotou, logo após agradecer a companheira por cuidar da filha pequena para que ele se dedicasse ao doutorado.

Depois de deixar o governo, Abramovay ocupou um cargo de direção na Avaaz (organização que promove petições online a favor de causas de

esquerda) e deu aula na Fundação Getúlio Vargas antes de ingressar na Open Society, em 2013. Na organização fundada pelo bilionário George Soros, ele chefiou o escritório para a América Latina e o Caribe.

Agora, dez anos depois, em meio a uma reestruturação no comando da Open Society, Pedro passou a ser um dos três vice-presidentes da entidade. Agora, ele vai ajudar a desenhar a estratégia global da entidade, que teve um orçamento de US\$ 1,5 bilhão [R\$ 7,4 bilhões na cotação atual] em 2021.



Imagem de arquivo datada de 31 de janeiro de 2012 mostra Pedro Abramovay (à direita), então diretor de Campanhas da Avaaz, apresentando ao líder de Sani Isla, Patricio Jipa, os resultados da solicitação de apoio à comunidade, de cerca de 850.000 pessoas de todo o mundo que aderiram a uma campanha na internet que pedia ao então presidente do Equador, Rafael Correa, que não houvesse exploração de petróleo no território da comunidade indígena, na Amazônia equatoriana. EFE/José Jácome

Pauta importada

A agenda progressista é, com frequência, confundida a causa socialista. Mas há diferenças importantes. Para os progressistas, o objetivo

não é a expropriação dos meios de produção e a instalação de um regime que centralize a gestão da economia.

Na verdade, o próprio Soros, nascido na Hungria, fomentou a oposição aos soviéticos no leste europeu. Abramovay, por sua vez, já criticou o regime da Venezuela. “Um regime autoritário que deve ser condenado por quem preza pelo respeito aos direitos humanos”, ele escreveu, em 2018.

O progressismo de Soros e Abramovay concentra energias em outros temas: a agenda cultural (na concepção ampla do termo), especialmente no que diz respeito a raça, gênero, drogas e “direitos humanos.”

“Pedro Abromavay que jamais escreveu qualquer coisa realmente original em toda sua vida”, afirma Eduardo Matos de Alencar, doutor em Sociologia, presidente do Instituto Arrecife e autor do livro *De quem é o Comando*. Para ele, a agenda vendida (ou comprada) pela Open Society no Brasil destoa da tradição da esquerda brasileira — mesmo a esquerda acadêmica, que tende a ser mais aberta a novidades intelectuais.

“Há algo de artificial nisso. Temas tradicionalmente caros para a academia brasileira como desigualdade, pobreza, mundo do trabalho, cultura popular e mesmo participação democrática têm ficado cada vez mais esquecidos”, analisa.

Alencar enxerga o advento do "capitalismo woke" como um marco da aproximação entre a

elite empresarial (da qual George Soros é parte) e grupos militantes à esquerda. Há não muito tempo, Soros seria visto como um vilão — o bilionário que fez fortunas com especulação financeira e agora tenta influenciar governos. Hoje, ele é tido como um aliado porque abre o cofre para financiar ONGs mundo afora.

Não há nada que possa parar uma ideia cujo tempo chegou, diz a frase atribuída (de forma imprecisa) ao francês Victor Hugo e citada por políticos de tempos em tempos. A função de Pedro Abramovay na Open Society Foundations é fazer esse tempo chegar. Como? Injetando dinheiro e mais dinheiro e organizações que as defendam.

Sob a supervisão de Abramovay, a Open Society aplicou centenas de milhões de reais no Brasil

nos últimos anos (apenas em 2021, foram R\$107 milhões). Grande parte dos recursos vai para organizações que promovem a liberação das drogas, o abrandamento das penas a criminosos, a legalização do aborto e a promoção da agenda LGBT e a “defesa dos direitos humanos.”

Os critérios, entretanto, não parecem se aplicar de maneira uniforme. Os mais de mil presos pelos atos de 8 de janeiro — muitos dos quais nem chegaram perto da Praça dos Três Poderes — não receberam apoio das entidades financiadas pela Open Society. Neste caso, a defesa do desencarceramento sumiu de cena.

“A diferença de tratamento é clara: se o grupo supostamente perseguido for alinhado ideologicamente com essas instituições, elas

prestam total apoio. Se forem grupos com pensamentos diversos do progressismo financiado pela Open Society, não há qualquer apoio”, critica o advogado Ezequiel Silveira, que representa alguns dos presos no 8 de janeiro.

Conflitos de interesse

A participação ativa da fundação em território nacional aumentou a influência de Abramovay e gerou situações delicadas — embora, por não serem públicos, os recursos possam ser distribuídos como a Open Society bem entender.

Desde 2017, o Instituto Clima e Sociedade recebeu aproximadamente R\$ 15,3 milhões da Open Society. Por sua vez, o Instituto repassou R\$ 4,2 milhões ao Imaflora, uma ONG que tem

Ricardo Abramovay — pai de Pedro — como presidente do seu conselho diretor.

Ricardo Abramovay também já participou de pelo menos um evento do Instituto Update, que recebeu R\$ 2,7 milhões da Open Society desde 2017.

A Open Society também doou cerca de R\$ 5 milhões ao governo do Maranhão em 2020, durante a pandemia. À época, o governador do Estado era Flávio Dino, atual ministro da Justiça. A organização de George Soros financia ainda o Instituto Marielle Franco, comandado pela hoje ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. No ano passado, Dino e Anielle compareceram ao lançamento de um livro escrito por Abramovay (na ocasião, o homem forte da Open Society demonstrou ser uma pessoa ousada ao

vestir uma espalhafatosa camiseta florida num evento noturno a 12 mil quilômetros do Haváí.)

A quarta capa do livro tem apresentações de Lula e Fernando Henrique Cardoso. Abramovay pode não ter ideias originais. Mas ele certamente sabe fazer amizades.

Metamorfose da esquerda

A trajetória de Abramovay é reveladora da mudança pela qual a esquerda brasileira passou nas últimas duas décadas. Tendo conseguido o seu primeiro emprego graças ao PT — - fundado por operários e com uma forte ligação com um braço Igreja Católica — , ele ajudou a mover foco de assuntos econômicos para outros temas, como a liberação das drogas e do aborto, o “desencarceramento”, a agenda LGBT e o

combate ao "racismo estrutural." Uma cópia da esquerda americana.

Em 2008, por exemplo, Abramovay publicou um artigo defendendo que o STF legalizasse o aborto. O argumento é construído sobre referências dos Estados Unidos. Em 2012, em outro artigo, o alvo era a proibição das drogas. Na visão dele, proibir o consumo de entorpecentes como o crack fere a democracia. “O desenvolvimento e a implementação das atuais políticas de drogas produzem sérios danos à democracia, não apenas (...) pela falta de accountability possível em uma política pública que se constrói na lógica da guerra e não na busca dos objetivos realizados, mas, como se verá, pela supressão que se faz da possibilidade de debate público no tema”, ele afirmou. Sem explicar bem o porquê nem analisar os argumentos a favor da

proibição, ele escreveu que "a insensatez da política de drogas atinge diretamente a garantia a direitos fundamentais.”

Credenciado pelo currículo e pelo diploma de doutor, Pedro Abramovay distribui opiniões todo o tempo, sempre com convicção. A mesma convicção de quem um dia sustentou que um assassino era um homem inocente. “Cesare Battisti não matou ninguém. Tenho essa convicção. Eu li o processo todo. De cabo a rabo. Várias vezes”, disse ele em 2017.

Abramovay não foi apenas um espectador nesse caso: ele foi um dos responsáveis diretos pela decisão em que o então ministro da Justiça, Tarso Genro, concedeu refúgio a Battisti.

Em 2019, entretanto, o italiano confessou ter cometido quatro assassinatos quando atuava em um grupo terrorista de esquerda. Até Lula, que raramente faz mea culpas em público, disse estar arrependido. Pedro Abramovay se disse “decepcionado” por ter sido “enganado” por Battisti, mas em seguida insistiu que a Justiça da Itália — que já vivia sob um regime democrático — “era claramente carregada de perseguições políticas.”

Compositor amador

Enquanto desencarcerava terroristas e tenta assegurar o direito ao uso de entorpecentes, Pedro Abramovay achou tempo para dar vazão ao seu lado artístico. Ele escreveu e produziu um álbum em parceria com o irmão Juliano, que é músico profissional. O disco combina

construções melódicas interessantes com letras carregadas de ideologia. Por exemplo: uma das músicas, gravadas pelo ex-titã Paulo Miklos, ensina que um homem pode ser mulher e vice-versa:

“Ela faz xixi em pé

Ele é dono de casa

Ele adora ir no balé

Ela conserta o que vaza”

(,,)

"Somos mais que cromossomos

Cada um é o que quiser

Somos mais que cromossomos

Ela é homem, ele é mulher"

A música alcançou 67 visualizações em quatro anos no YouTube.

Aliás, Abramovay trabalhou com Manoela Miklos, filha do cantor, na Open Society. Amizades.

O insucesso musical não deve abalar Abramovay. Na sua ocupação principal, ele tem resultados a apresentar. Em 2011, foi demitido de um governo de esquerda por ser a favor da liberação das drogas. Em 2023, quando ele assume a vice-presidência da Open Society, o Supremo Tribunal Federal caminha para legalizar a maconha.

Na lista de amicus curiae ouvidos na ação, aparecem sete entidades financiadas pela Open Society (Viva Rio, Instituto Brasileiro de

Ciências Criminais, Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Instituto Sou da Paz, Conectas Direitos Humanos, Iniciativa Pública por uma Nova Política sobre Drogas e Instituto Terra, Trabalho e Cidadania).

O que não conseguiu no governo, Abramovay deve conseguir pela via judicial. E, se depender dele, é apenas o começo. “Restringir apenas a maconha é muito limitado. No caso de outras drogas, é fundamental que não se trate mais usuários como criminosos”, ele escreveu, logo após o voto do ministro Alexandre de Moraes.

A Gazeta do Povo procurou a Open Society com perguntas sobre a atuação de Pedro Abramovay. Em nota, o diretor global de Comunicação da Open Society, Mark Arena, afirmou que "a carreira profissional de Pedro Abramovay tem

sido consistentemente marcada pela defesa da democracia e dos direitos humanos."

Segundo Arena, o período em que ele esteve à frente do programa para a América Latina e o Caribe foi marcado pelo enfrentamento aos efeitos da pandemia e o combate às fake news, ao feminicídio e à violência policial contra os mais vulneráveis. "Temos orgulho de anunciar sua nomeação como nosso vice-presidente de programas".



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Energia nuclear vê hora de superar tabus e virar opção estratégica para o Brasil](#)
- [TV PT pode violar isonomia entre os partidos e causar desequilíbrio eleitoral](#)
- [Fundo internacional da Amazônia pode levar dinheiro do Ocidente para a ditadura da Venezuela](#)
- [Na contramão da promessa, desigualdade social deve persistir no governo Lula 3](#)
- [As principais frases de Lula passando pano para Ortega, Maduro, Chávez e Fidel](#)
- [Como seria a dolarização da Argentina, proposta por Javier Milei](#)
- [Mulher de Zanin atua em 14 casos no STF; ministros discutem fim do impedimento em ações de parentes](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Estagiária: Maria Eduarda Souza Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice